DOI: 10.5418/RA.1115.0011

TERRITÓRIOS COM MINERAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE DO PARÁ – NORTE DO BRASIL[1]

TERRITORIES WITH MINING IN THE SOUTHEASTERN REGION OF PARA – NORTHERN BRAZIL

TERRITORIOS CON MINERÍA EN LA REGIÓN SUDESTE DE PARÁ – NORTE DE BRASIL

João Marcio Palheta

Doutor em Geografia pela Unesp - Presidente Prudente. Docente na Universidade do Pará (UFPA). Programa de Pós-Graduação em Geografia –Prédio do IFCH, sala do PPGEO, Campus do Guamá, Rua Augusto Corrêa, 01 – Guamá – CEP. 66075 – 110, Belém (PA), Brasil.
Tel: (+55 91) 3201-8194.
Email: jmpalheta@ufpa.br

Christian Nunes Silva

Doutor em Ecologia Aquática e Pesca pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Docente na Universidade Federal do Pará. Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP).Programa de Pós-Graduação em Geografia –Prédio do IFCH, sala do PPGEO, Campus do Guamá, Rua Augusto Corrêa, 01 – Guamá – CEP. 66075 – 110, Belém (PA), Brasil.
Tel: (+55 91) 3201-8194.
Email: cnunes@ufpa.br

Gláucia Nascimento Medeiros

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará (UFPA). Prédio do IFCH, sala do PPGEO, Campus do Guamá, Rua Augusto Corrêa, 01 – Guamá – CEP. 66075 – 110, Belém (PA), Brasil.
Tel: (+55 91) 3201-8194.
Email: glaurn@uol.com.br

RESUMO

Este ensaio busca analisar as transformações territoriais a partir do crescimento econômico, populacional e das fragmentações municipais ocorridas a partir da década de 1980, na região Sudeste do Estado do Pará, especialmente na área onde se concentram os maiores projetos de mineração da companhia Vale,e as relações de poder que constituem a região de Carajás na atualidadecomo a principal região do Estado Brasileiro, ao receber os maiores investimentos ligados a mineração, aceleradas a partir da instalação do Projeto Ferro Carajás e dos demais projetos ligados as atividades mineradoras na Amazônia Paraense, ampliando a fronteira mineral na Amazônia e suscitando, novas questões de interesse estratégicos para o estado Brasileiro a partir da exploração mineral,levando-se em conta a questão sobre a mineração sercapaz ou não, de induzir odesenvolvimento sócio econômico na região ou apenas, mera exportadora

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

[1] Pesquisa com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

de matérias prima sem agregação de valor, ao recurso mineral e ao trabalho, como tem sido nos últimos trintas anos, de exploração mineral em territórioParaense.

PALAVRAS-CHAVE: Carajás, Região Sudeste, Pará, Vale.

ABSTRACT

This essay aims at analyzing the territorial transformations from economic and population growth and municipal fragmentation occurred from the 1980s, in the southeast of Para – especially in the area where the biggest mining projects of Vale are concentrated – and the power relations that make up the region of Carajás, in the present as the main Brazilian region receiving the largest investments related to mining. Such relations were accelerated from the installation of Carajas Iron Project and other projects related to mining activities in the Amazon in Pará, expanding the mineral frontier in the Amazon. Thus raising new issues of strategic interest for the Brazilian state from mining exploration, taking into account the question of mining may or not be capable of inducing social and economic development in the region or just mere exporter of raw materials without addition of value, to the mineral resource and work, as it has been for the last thirty years of mineral exploration in Para territory.

KEYWORDS: Carajas, Southeast region, Para, Vale.

RESUMEN

Este ensayo busca analizarlastransformacionesterritoriales a partir delcrecimiento económico, poblacional y de lasfragmentacionesmunicipales sucedidas a partir de la década de 1980, enlaregión sudeste del estado de Pará, especialmente enel área en donde están concentrados losmayoresproyectos de minería de lacompañía Vale, y las relaciones de poder que constituyen a laregión de Carajás actualmente, enla principal regióndel Estado Brasileño, al recibirlas más importantes inversiones ligadas a laminería, aceleradas a partir de lainstalacióndelProyectoHierro Carajás y de losdemásproyectos ligados a lasactividades de mineríaenlaAmazonía Paraense, ampliando lafrontera mineral enlaAmazonía y suscitando nuevos temas de interés estratégico para el estado Brasileño, a partir de laexplotación mineral, considerándoseel tema de si laminería es o no capaz de inducireldesarrollo socioeconómico enlaregión, o será solamente una mera exportadora de materias primas sin valor agregado al recurso mineral y al trabajo, como ha sido enlos últimos treintaaños de explotación mineral enterritorio paraense.

PALABRAS CLAVE: Carajás, Región Sudeste, Pará, Vale

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

INTRODUÇÃO

A Amazônia, palavra tão carregada de conceitos, esconde as diferentes "Amazônias", que existem no espaço geograficamente regional, em seus diferentes territórios, sua produção, sua territorialização e seus conflitos envolvendo diferentes atores sociais, empresários pecuaristas, empresas do agronegócio, posseiros, colonos, garimpeiros, seringueiros, castanheiros, índios, trabalhadores rurais, sindicatos, empresas de mineração destacam-se na multiplicidade de relações e processos que estão presentes no espaço geográfico amazônico.

A realidade amazônica é diferenciada, quando analisamos os diferentes espaços contidos nela e suas formas e funções, enquanto processos e estruturas de complexidade variada tanto sócio-político-econômico-cultural como histórica. A formação territorial amazônica é também reflexo de políticas governamentais que desconsideram a peculiaridade do espaço amazônico e dos seres humanos que foram para a região.O que se deve ser preservado na Região Amazônica? O que é mais importante para a sua sobrevivência? Quais as práticas que deveriam ser preservadas e quais são as que deveriam ser extintas nessa imensa fronteira tecno(eco)lógica, como denominou a geógrafa Bertha Becker (2007)?

Nas décadas posteriores a de 1980 levantou-se vários questionamentos,enquanto possibilidade de pensarmos os territórios na região, o que devemos priorizar na Amazônia? Questões desse tipo têm sido constantes no noticiário local, regional, nacional e internacional; um novo olhar se debruçou sobre a Amazônia, mas qual o verdadeiro significado dessa região tão importante para o desenvolvimento da humanidade? Ao mesmo tempo uma região conflituosa pelo uso dos seus territórios, entre os diferentes interesses dos atores locais, nacionais e internacionais, no que diz respeito ao aproveitamento dos recursos minerais, por exemplo.

Dentro desse contexto, vamos neste momento, no qual a Amazônia passa por todo esse processo de ocupação e aceleração das transformações políticas, econômicas, culturais e sociais, dando-se ênfase a um desses espaços diferenciados na Amazônia, o Estado do Pará, levando em consideração que nesse espaço, também encontramos particularidades, com conflitos e territorialidades diferenciados, enfim encontrando outras "Amazônias", no qual a dinâmica econômica acelerada pelo mercado internacional produz novas territorialidades na região.

A atual configuração territorial Paraense, é reflexo de um conjunto de processos sócio-econômico-político-culturais, que foram sendo acelerados a partir, principalmente

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

da década de 1980 (Coelho, 1991), com a implantação dos grandes projetos mineradores na Amazônia. O fenômeno dos grandes projetos, associados à elite oligárquica paraense (Emmi, 1988) e aos pecuaristas, desenvolveram territorialidades e conflitos diferenciados na produção do espaço paraense. Dessa forma, estão expressos nas relações sociais, que produzem efeitos diferenciados na produção do espaço e nas territorialidades no Sudeste Paraense, visto como um palco de interações envolvendo processos de negociação e antagonismos, que definem territorialidades e conflitos com finalidades, específicas para cada categoria e atores sociais em questão seja: a empresa, o Estado, os movimentos sociais, dentre outros atuantes no espaço geográfico Paraense.

Os processos produzidos pela dinâmica econômica dos Grandes Projetos mineradores aceleraram as transformações, principalmente na década de 1980, na região Sudeste Paraense. Acompanharam as mudanças na estrutura político-econômica dos territórios nos municípios impactados pela mineração, a fragmentação dos territórios e o crescimento populacional. Esses territórios, atingidos pela mineração continuam hoje (2015), cobiçados pelas empresas mineradoras. São pontos seletivos (Santos, Silveira, 2006) para os projetos de empresas de mineração, onde se destacam e que possui os maiores investimentos na região, o Grupo Vale. Dominando a exploração econômica em dois sistemas: O sistema Sul e o Norte, o Grupo Vale tem uma importância fundamental não somente para os estados no qual atua, como para toda economia nacional de base exportadora, conectando a escala local a internacional impactando os territórios diferentemente através de sua abrangência econômica, negociando minerais de valor monetário significativo no mercado nacional e internacional como: ferro, manganês, cobre, ouro, níquel, entre outros, envolvendo mais de 33 países (Palheta da Silva, 2013).

No sistema Norte, o Grupo Vale domina o complexo mínero-metalúrgico, envolvendo as suas minas em Carajás, a Estrada de Ferro Carajás (EFC) e o porto de Itaqui/Ponta da Madeira conectados pelo corredor da EFC nos estados do Pará e do Maranhão. Investimentos em prospecção e a busca por minerais, por parte do governo federal e das empresas, tornaram o corredor da EFC no Sudeste do estado paraense, uma área especial para o crescimento econômico do País, principalmente com a descoberta do ferro em Carajás e com o garimpo de ouro em Serra Pelada, áreas que pertenciam ao município de Marabá, na década de 1980, movimentando não somente a economia, mas um contingente populacional significativo para essas áreas.

A Vale é uma das maiores mineradoras do mundo. As estimativas de suas reservas são para média a longa duração (flutuando de acordo com a demanda do mercado externo), cujo potencial a ser explorado também coloca a empresa, em números, como uma das

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

maiores empresas globais, e seus minerais são cobiçados por vários países, principalmente os mais ricos do mundo, por serem materiais escassos, os quais o Brasil tem em abundância. Todos esses pontos citados dão créditos as empresas e seu potencial administrativo também a coloca como uma das empresas mais modernas no ramo dos minerais estratégicos no mercado internacional.

Um dos espaços, onde as atividades da Vale estão presentes é o Pará – neste Estado o Grupo Vale tem o controle de exploração de diversos espaços, além da região Sudeste Paraense – aparece como um dos Estados brasileiros com um grande potencial,para exploração e exportação mineral favorável em termos de ferro, bauxita, manganês, ouro, cobre, níquel e caulim. As principais reservas minerais do Grupo Vale correspondem à bauxita, caulim, ferro, níquel, cobre; indicam-se essa importância da economia mineral no Estado e reforçam essa afirmativa aos relatórios do SIMINERAL (2013) e o Plano Nacional da Mineração 2030, um dos maiores exemplos da aceleração da exploração e exportação mineral no Estado é o Projeto S11D no município de Canaã dos Carajás no Sudeste Paraense, e os aumentos dos recursos destinados a exploração mineral em todo o Estado do Pará.

A existência desses minerais colocam-se, em expectativa econômica os municípios atingidos pela mineração, principalmente no Sudeste do Estado do Pará. Uma expectativa em termos de ganhos econômicos a partir dos Projetos da Companhia Vale e daqueles que virtualmente virão a serem implantados, mesmo com as crises financeiras que os Estados e os municípios passam. Este artigo busca analisar essas transformações territoriais nos municípios desmembrados de Marabá(com aumento sobretudo da mobilidade migratória e das fragmentações territoriais),aceleradas a partir dos anos de 1988, na região Sudeste do Estado do Pará, como a presença dos Grandes Projetos mineradores, que alteraram as relações territoriais e aceleraram na região, a migração diferentemente do período anterior a década de 1980, e modificaram as relações de poder econômico interferindo no ordenamento territorial da região de Carajás, principalmente a partir das instalações do Projeto Ferro Carajás (1985),no antigo município de Marabá, e os que dele se desmembraram , sobretudo, com a instalações Projetos de mineração na Amazônia Oriental Paraense.

PARA PENSAR O TERRITÓRIO NA AMAZÔNIA

Qual o significado do uso do território na Amazônia? Para tentar aproximar nossa análise; sobre o território do Sudeste Paraense, nos apoiamos no debate queMarcelo Souza trás no livro Geografia Conceitos e Temas(2000. p.78), segundo esse autor o território é *um espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder... O território é essencialmente um instrumento de exercício de poder: quem domina ou influencia quem nesse es-*

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

paço, e como? Quando se fala; em território é inevitável não se discutir o poder e o exercício de poder no território pelos atores sociais, que disputam o uso dos recursoshaja vista, que o conceito de território identifica-se com a concepção de campo de poder.

Explicando melhor, o território constitui um espaço de relações e processos envolvendo o poder de influência, os poderes de organizações e de transformações, dos atores sociais nos quais desenvolvem suas estratégias de territorialidade. O território é assim, uma porção de espaço onde atores se projetam, alterando e definindo suas formas e seus conteúdos. Em um território é sempre possível desvendar as relações de poder entre grupos,- que possuem interesses e visões diferenciadas, e que compõem arranjos e rearranjos, de poderes dentro de um processo social dinâmico e temporal.

> (...) o território é usado a partir de seus acréscimos de ciência e técnica, e tais características o definem como um novo meio geográfico. Tanto sua constituição como seu uso exigem, todavia, parcelas volumosas de informação e sua presença desigual entre as pessoas e os lugares tampouco é alheia a esses conteúdos científico-técnicos. Estaríamos autorizados, por isso àentender a informação como um recurso, como áreas de abundância e áreas de carências (SANTOS, 2006. p. 93).

Destarte, a questão do território em relação ao poder remete-se às ações e relações nele implementadas. No território configuram-se formas estabelecidas dentro de uma dimensão política, social e econômica, envolvendo a atuação de atores sociais hegemônicos. As relações de força e os conflitos, que acontecem no campo político local levam a mudanças ocorridas sobre os processos socioeconômicos, onde grupos sociais buscam exercer influências nas decisões políticas. O campo conflituoso (campo do exercício de poder), a priori, que parece invisível, torna-se visível na medida em que determinadas ações são impostas e materializadas no território, caracterizando atuações em prol de um grupo, porém; contrárias aos outros grupos. A disputa pelo exercício do poder no território leva as reações e efeitos que foram provocados por ações previamente não acertadas causando perturbações aos seus interesses em comum (Arendt, 1994).

As alianças,que dão sentido as tomadas de decisões baseiam-se, em metas concretas embora se expressem de forma abstrata, e vão dar origem a coisas ou medidas também concretas no território, "...a maior parte dos processos de territorialização, dentro de uma logística capitalista, prioriza as problemáticas materiais-funcionais (de dominação) do território..." (Haesbaert, 2010. p. 168). Logo, ao se decidir sobre determinado território, a construção de objetos, sejam quais forem partirão de informações ou seja; de fluxos, que ao entrarem em contato originarão novos fluxos, relações de interesses ou decisões, invisíveis ou visíveis, mas que se tornarão concretas quando se materializarem no território, revelando assim a intencionalidade de diferentes grupos sociais.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Para Vale, Saquet e Santos (2005), "O território é um processo de conjugação, de forças de relações e produções interconectadas, de articulação dos aspectos econômicos, políticos e culturais, no tempo e no espaço" (VALE, SAQUET, SANTOS, 2005. p.13)envolvendo atores interessados no destino de um determinado espaço geográfico de atuação. A participação de formas distintas dos atores sociais envolvidos, diz respeito não só à integração desses personagens no espaço de interesse e luta, mas também à garantia de suas permanências nele. Tais atores constituem os sujeitos das transformações controladas no território. Esta colocação fundamenta-se na idéia de que o território é também resultado de práticas e ações geografízadas que são produzidas por diversos atores, que nele impõem ou tentam impor seus diversos interesses. Considerando as relações, de influência e tentativas de controle sobre seu espaço, fica difícil definir e delimitar as áreas de influências e ou domínio de atores internos e externos ao território.São esses processos que merecem destaques no sudeste paraense, a partir da década de 1980.

A DÉCADA DE 1980 E OS GRANDES PROJETOS MINERADORES

Dessa forma, a década de 1980 é um embocadouro de múltiplos processos que vão tomando corpo ao longo das décadas posteriores. Os conflitos que vão surgindo são acompanhados, embora timidamente, mas com certa personalidade de embriões do amadurecimento dos atores sociais, "excluídos" do poder que procuram se inserir no processo político-econômico territorial dos novos municípios, de sorte que os governos e as elites locais não podem mais ignorar os problemas locais. Sendo assim, também háo questionamento da presença dos grandes grupos econômicos nesses municípios fazendo-se necessário e tornando-se um tema presente nos debates locais.

Os atores sociais buscam as participações, procurando interferir no processo sócio-econômico-político e ambiental (Bôas; Beinhoff, 2002), para que não fiquem excluídos, das decisões locais e encontrem a resolução dos problemas urbanos e rurais. Embora ainda seja incipiente, a flexibilidade do poder local para com a gerência da participação da sociedade civil.Começa a existir a articulação da sociedade civil pelos seus direitos, sendo esse um dos caminhos encontrados pelos atores sociais para resoluções dos conflitos de interesses a criação de indicadores sociais, econômicos e ambientais para mensurar o bem estar nos municípios mineradores que é fundamental. Para VILLA BÔAS (2011), os indicadores são fundamentais para auxiliar à tomada de decisões, das autoridades e importantes para as políticas públicas, no processo participativo onde haja um instrumento nas redes de políticas públicas,no caso aqui estudado, voltadas paras as sociedades atingidas pela mineração.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Se olharmos, para a configuração territorial da região Sudeste Paraense, poderemos notar que sua estrutura urbana e suas redes Políticas são bem diferenciadas das demais regiões do Estado. A rede sócio-político-econômica apresenta características dos processos territoriais que tanto antecederam a economia mineral, quanto apósà sua implantação, acelerando o processo de ocupação desordenado do território. A ocupação desordenada em seus territórios tem gerado conflitos sociais graves.

Em relação ao meio rural, este permaneceu aparentemente semelhante enquanto estrutura de concentração de terras e dominação, por parte dos que se sucederam ou dos que continuaram os processos de aquisição de terras na Região. Surgiu por outro lado, uma nova categoria de trabalhadores rurais organizados, os trabalhadores rurais sem terra.Embora, o movimento de trabalhadores esteja no meio rural, isso aconteceu principalmente, como reflexo dos grandes projetos implantados na Região Amazônica, como a Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT), o Projeto Ferro Carajás (PFC), e a abertura de estradas como a Transamazônica e a Belém-Brasília, e por conta da falta de uma Política Agrária que amenizasse os conflitos envolvendo tanto os contrastes entre as áreas de latifúndio e os expropriados, que aumentam a massa de sem-terra, refletindo a elevação demográfica e o acirramento dos conflitos no Sudeste Paraense.

A organização econômica do território na região Sudeste Paraense, especialmente a de Carajás, onde se encontram os principais projetos de mineração da Vale, é produzida por diversas formas de territorialidades. São elas provocadas pela multiplicidade de fenômenos que, ao longo da história do estado do Pará, acelerou as transformações socioespaciais. Os corredores ou eixos de desenvolvimento no Estado Paraense seguem a mesma lógica de organização territorial, respondendo aos interesses das elites econômicas locais e aos interesses internacionais, conflitando com os das sociedades que formam bolsões de pobrezas e que, direta e indiretamente foram atingidas pelos grandes projetos mineradores.

A IMPLANTAÇÃO DOS PROJETOS DA VALE NO ANTIGO TERRITÓRIO DE MARABÁ

Na década de 1980, a região Sudeste Paraense era destaque nos planos do Governo Federal, com as áreas ricas em recursos minerais que estavam dentro da área do Programa Grande Carajás. As políticas direcionadas para essa área tinham, por objetivos vincular qualquer "projeto que estivesse relacionado e integrado nesse território, que teria direito aos chamados incentivos fiscais" (PALHETA DA SILVA, 2013), por meio de organismos financeiros de Estado, e que neste momento era representado pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que intermediaria as relações entre as Empresas e ao Estado, como órgão de fomento.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Para esses empreendimentos seria necessário montar uma infraestrutura para alocar esses projetos e fazê-los funcionar. Esses empreendimentos foram além dos fomentos da SUDAM.

> As minas de Carajás na década de 1980, pertenciam ao território de Marabá. Por isso, este município continuava a exercer o papel de Polo da Região Sudeste Paraense e líder político-econômico regional. Tanto que o primeiro projeto a ser implantado em Marabá, o Projeto Ferro Carajás (PFC), se tornou carro-chefe do Programa Grande Carajás (PGC[2]– um pacote de incentivos fiscais[3]), anunciado na década de 1980, a fim de atraírem investimentos para a Amazônia Oriental, (relativos à agricultura, ao reflorestamento à pecuária e ao setor mínero-metalúrgico) e industrializar este território (PALHETA DA SILVA; MEDEIROS, 2014, p.11)

Assim em anos anteriores., já tinham sido traçados os eixos de desenvolvimentos através dos planos de viabilização econômica para essa região e para que nela as empresas se instalassem. A Hidrelétrica de Tucuruí é o maior exemplo da grandiosa ambição que se pensou para a Amazônia Brasileira, a fim de atrair o capital Nacional e Internacional. A abertura das estradas em anos anteriores, foi o primeiro passo para preencher a condição necessária e levar o capital a se instalar na Amazônia, viabilizando as políticas dos governos brasileiros.

A sobreposição, de poderes dentro das instâncias governamentais serviu para legitimar atos que eram pensados para a Região Amazônica com fins econômicos, o que por sua vez, explica o autoritarismo com que o projeto energético, por exemplo:Foi implantado e a sua completa desvinculação com a realidade local, contrariando os interesses da sociedade que ali se encontravam. Em conseqüência disso ou desse ato, as expectativas sociais e ambientais que hoje caracterizam Carajás fazem dessa região uma das áreas mais problemáticas do país em termos de conflitos sociais.

Outros projetos foram implantados como o Projeto Manganês do Igarapé do Azul, em 1985, o Projeto Ouro do Igarapé Bahia, em 1990, e mais recentemente o Projeto Cobre, em 2004 e, o Projeto de Ferro S11D em Canaã dos Carajás no Sudeste Paraense que depois de obtida a Licença de Operação, começaram suas operações a partir de 2016 (Figura 01). Além da exploração mineral, a Vale verticalizou seus empreendimentos, investindo em setores como o de transporte, participou participando de convênios e parcerias como no caso do Projeto Soja, no Sudeste Paraense, através do sistema integrando rodovia-ferrovia-hidrovia, incluindo a possível viabilização da hidrovia Araguaia-Tocantins. Assim sendo desde a implantação do projeto ferro a Vale dinamizou sua economia, investindo em diferentes setores, mostrando o potencial que a companhia adquiriu desde que foi instalada no estado do Pará.

[2] Decreto Lei nº 1813, de 24 de novembro de 1980.

[3] Os incentivos fiscais também foram regulamentados pelo Decreto Lei nº 1815, de 24 de novembro de 1980, a todos os empreendimentos numa área que abrangia os estados do Pará, Tocantins e Maranhão, num total de 895.236 km2.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Figura 1: Complexo Minerador Sistema Norte.

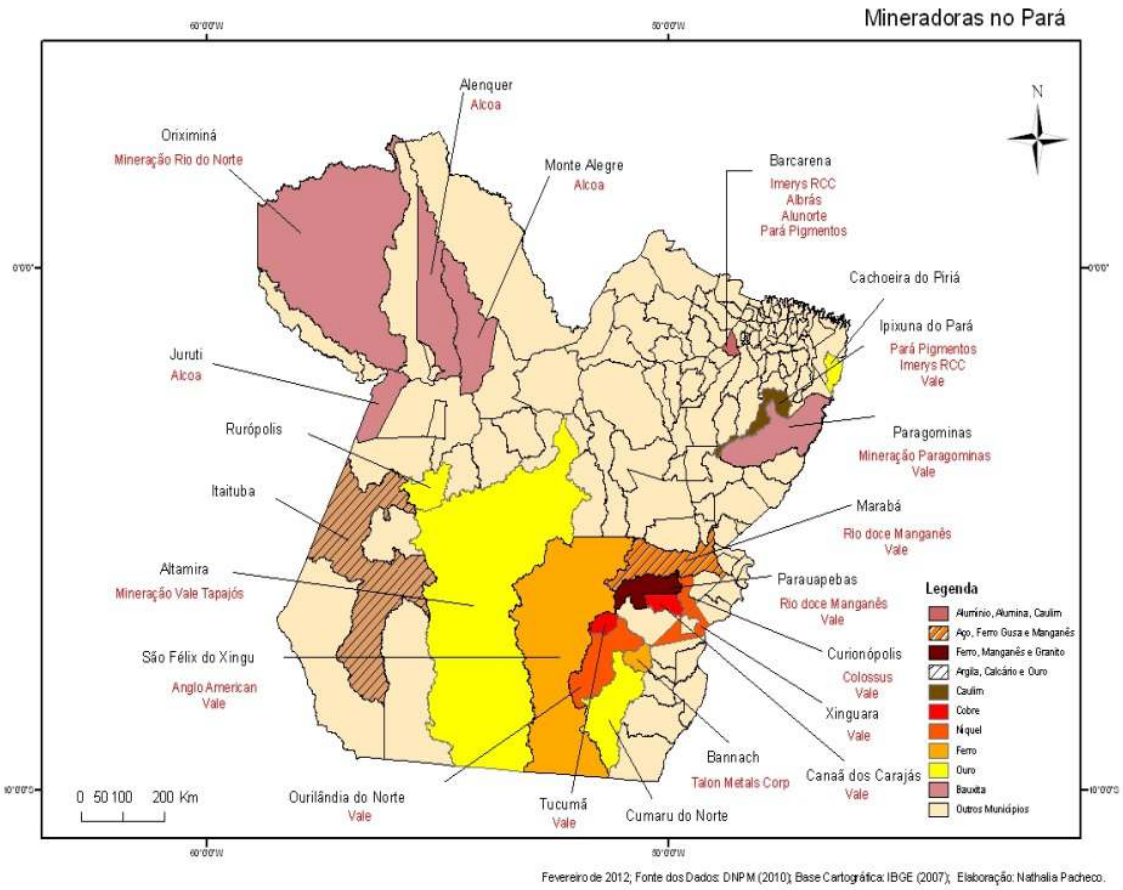


Fonte: *Vale-Projeto S11D (2013).*

É importante ressaltar que a Vale tem outros projetos fora do Sudeste Paraense, mas que permaneceram dentro do estado do Pará, como a exploração da bauxita pela Mineração Rio do Norte (Figura 02). O grupo Vale possui um aparato que foi montado pelo Governo Federal no Pará para exploração dos recursos minerais que, hoje, estão nas mãos da iniciativa privada, em decorrência do processo de privatização das estatais realizado pelo próprio Governo Federal, na década de 1990.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Figura2: Distribuição espacial das mineradoras que atuam no Estado do Pará



Fonte: *DNPM (2010). Base Cartográfica IBGE (2007).*

O crescimento econômico junto com o efeito multiplicador que o PGC, tendia a gerar não se concretizou na sua totalidade, por meio da intervenção pública na exploração dos recursos minerais na região Sudeste Paraense. Por isso, os efeitos de polarização, como atração de capital, investimentos públicos e agregação de valor ao produto e ao trabalho não ocorreram na mesma velocidade da exploração dos recursos naturais. O que aconteceu na região, principalmente no corredor da EF, foi a criação de um corredor de problemas sociais, visto que a maioria das cidades ao longo da Ferrovia Carajás encontram-se em situação de pobreza, com baixa perspectiva de desenvolvimento socioeconômico e sem conseguir resolver seus problemas urbanos e rurais. Os novos projetos a serem implantados na região Sudeste Paraense refazem as questões das mobilidades populacionais e o papel da explorações dos recursos minerais no Estado Brasileiro e Paraense, sem a tão sonhada, verticalização da produção e das a continuidade do extrativismo mineral com baixo valor agregado.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Segundo Silva (2004), ao analisar o papel da mineração relativa ao estado do Pará destaca:

> Nas atividades mínero-metálicas do Pará, evidencia-se a presença ostensiva da CVRD que participa de quase todos os Projetos do Estado, através de suas distintas áreas de interesse - ferro, manganês, alumínio, cobre e ouro, além da logística. Daí a configuração de um modelo extremamente concentrado e direcionado aos interesses deste grupo. Tal concentração impede um ambiente de competição empresarial, o que limita o debate e restringe a formação de uma cultura mineral pluralista na região. (SILVA, 2004, p. 259).

O caminho destinado a exportação mineral dos principais produtos explorados pela CompanhiaVale se tornou-se a estrada de ferro. O corredor da EFC também virou o principal caminho, e um dos principais corredores migratórios entre os estados cortados pela estrada de ferro.Onde o trem de passageiros da Vale é um verdadeiro navio sobre rodas, com migrantes indo e vindo atrás de trabalho nos projetos da companhia ou em outras empresas, quando não, nas fazendas dos municípios que se localizam ao longo da EFC, nos Estados do Pará e Maranhão. Não encontrando empregos, ficando sujeitos e terminando, na sua maioria, saturando as áreas periféricas dessas cidades.

RUPTURA E FRAGMENTAÇÃO TERRITORIAL NO SUDESTE DO ESTADO DO PARÁ

Embora tenhamos no País uma crise econômica, que muitos economistas classificam como a década perdida a década de 1980, é marcada por profundas modificações que repercutiram também no Sudeste do Pará, o que por sua vez, não impediu que se criasse, na Amazônia uma estrutura para que fossem implantados os projetos do grupo Vale, uma das mais importantes empresas, criada em 1942. Estatal até 1997 era associada ao capital nacional e internacional para que realizasse suas pesquisas sobre a potencialidade mineral na Amazônia.

O extrativismo continuou a predominar na economia local, no Sudeste Paraense, só que a extração mineral diferentemente da castanha-do-pará acabou direta e indiretamente, desestruturando o regime político-econômico da oligarquia do Tocantins, fazendo surgir uma nova elite, composta por fazendeiros, empresários, funcionários do grupo Vale, ou de suas contratadas ou subsidiárias, bancos e profissionais liberais como médicos, advogados, políticos e comerciantes.

O arranjo político local ocasionou uma fragmentação, na estrutura política-econômica-territorial do município de Marabá – o município de maior expressão na década de 1980, no Sudeste do Pará com os projetos mineradores em seu espaço geográfico, fazendo com que fosse pleiteada a criação de novos municípios, desmembrados de seu território. Esse arranjo era oriundo, tanto dos investimentos locais realizados pelo grupo Vale,

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

como pela disputa Política entre o novo regime da elite – recentemente forjada para disputar o poder político local – e o regime da oligarquia dos castanhais querendo continuar, a manutenção do seu domínio no território do município de Marabá, polo da região Sudeste do Estado.

Dessa forma, o que vemos é uma articulação entre esse regime de poder, estabelecido através de uma da base econômica extrativista, que nem sempre funcionou, devido ao surgimento de atores sociais que se encontravam fora do campo de poder político local dominado pela oligarquia do Tocantins.

Surge então; um sistema de poder político-econômico paralelo ao anteriormente citado., favorecido pelas empresas de mineração, pelos bancos e pelos empresários que viam na oligarquia um empecilho aos seus interesses presentes e futuros. Por outro lado, a oligarquia, vendo-se enfraquecida e cercada pelos novos atores econômicos, buscou-se uma aproximação, com esses atores sociais para não perder totalmente seu poder político-econômico na região sudeste paraense.

Entretanto, uma nova rede de elitizados de poder político constituído passa a comandar as relações político-econômicas na região de Carajás, fazendo com que isso acontecesse uma pressão desses novos grupos pela partilha do controle da região. Esse é um dos motivos das emancipações territoriais e surgimento de novos municípios, desmembrados de Marabá, para que assim se fortalecessem os grupos políticos que surgiram e queriam demonstrar Poder. (SILVA; SILVA; CHAGAS; MEDEIROS, 2014).

Do mesmo modo, surgiram e surgem paralelamente ao movimento das elites pela busca e hegemonia do poder político-econômico, os que estavam excluídos do processo decisório do município (colonos, posseiros, sindicatos rurais, sindicatos urbanos, movimentos de bairros etc.), bem como as organizações populares e as ONG, a Igreja Católica e suas pastorais, que passam juntos a formarem ou tentam formar lideranças e, assim exigirem seus direitos de participações direta ou indiretamente das decisões político-econômicas dos municípios de que fazem parte do Sudeste Paraense.

Essas parcerias (entre os diferentes movimentos sociais) citadas resultaram na formação,de grupos pertinentes nos centros urbanos, de novos municípios, de organizações de trabalhadores insatisfeitos com as políticas municipalistas. Na demonstração de seu peso político, em virtude de sua organização, passando exigir participação nas decisões dos projetos dos quais eram alvos e, embora timidamente nas decisões municipais, começam mais diretamente a vivenciar os conflitos de interesses, envolvendo os "donos do poder" e suas vítimas, os excluídos, de qualquer forma de participação política municipal.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Surgindo, assim, a tentativa de organização da sociedade civil, com os movimentos urbanos dos metalúrgicos, entre outros que passam a convergir suas discussões e seus interesses, unindo assim forças para tentar participar nas decisões dos governos locais. Embora seus objetivos, sejam virtualmente diferentes essas organizações percebem sua exclusão e usam a formação de suas lideranças e seu grau de consciência política para questionarem os mandos dos governos locais e seus representantes.

A organização econômica dos territórios de mineração na Amazônia Paraense, apesar de ter contribuído para o aumento da Receita Municipal, tem provocado diversos Conflitos Sociais quando observamosque a paisagem local tem se deteriorado, onde os projetos mineradores estão instalados. Na sua maior parte a periferia dessas cidades apresentam váriosgraus de vulnerabilidade sociais crescente e decrescente onde apresentamuma maior demanda por serviços urbanos, em contrapartida ao centro da cidade ou nos lugares onde são construídos moradias da maioria dos funcionários das empresas de mineração.

A instalação dos Grandes Projetos pela ação do Estado na década de 1980, na Amazônia Paraense, intensificou a ocupação desordenada dos espaços urbanos das cidades, e os novos processos de explorações dos seus recursos minerais continuam entre os responsáveis pela explosão demográfica das diversas cidades na região, quando não foram responsáveis pelas suas criações. Ordem e desordem passam a fazer parte do mesmo processo de incorporação econômica de Carajás no capitalismo moderno. Por exemplo:Aordem estabelecida pela empresa faz do núcleo urbano de Carajás assim como a de condomínios fechados da Vale tanto no Pará como no Maranhão, exemplosdo ordenamento territorial criado pela Companhia, não só para abrigar seus funcionários, mas também para vender uma imagem ordenada, desenfreada de seus projetos e garantir sua legitimidade (BUNKER; COELHO; LOPES, 2020).

Seus núcleos habitacionais são exemplos das cidades de primeiro mundo em termos de organizações, porém existe um controle social não só para aqueles que moram em seus núcleos urbanos, como também para aqueles que adentram seu território. O controle de entrada e saída das pessoas é uma das formas da companhia manter a ordem dentro dos seus núcleos, diferente do que acontece com aqueles povoados ou núcleos que estão em seu entorno.

As *Company Town*, como o núcleo urbano de Carajás, não se fazem mais necessárias ao atual momento de exploração econômica dos territórios com mineração na região Sudeste do estado do Pará. No alto da Serra dos Carajás, tornou-se uma marca no tempo do que foi a estratégica econômica de exploração da região, por outro lado a cidade de Pa-

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

rauapebas, no Sopé da serra dos Carajás, é o contraste da forma como eram tratados, os espaços dotados de recursos naturais e os interesses do capitalismo no Brasil. Apenas uma parte da cidade foi planejada para abrigar, logo no início da instalação do PFC, os trabalhadores que viabilizaram a obra de exploração de ferro, assim como aqueles que trabalhavam na construção da estrada que dá acesso à serra dos Carajás (PALHETA DA SILVA, 2013).

Essa parcela da cidade que foi planejada, o que hoje se tornou um bairro da cidade, sofreu a maior explosão demográfica, com o passar dos anos da instalação do Projeto Ferro Carajás em Parauapebas, intensificada ao longo dos anos que sucederam a instalação do PFC. Hoje (2015), acelerada com a exploração do cobre em Canaã dos Carajás, podem crescer mais ainda com a instalação do projeto S11D, ajudando Parauapebas a se tornar umas das cidades mais populosas dessa região e com muitos problemas urbanos a serem superados, com a falta de infraestrutura, problemas de saúde, prostituição, aumento da criminalidade, o que por sua vez, não ocorre no núcleo controlado pela Vale no alto da serra.

Tabela 01: Quantidade de Passageiros Transportados pelo Trem da Vale

Ano	Número de Passageiros	Ano	Número de Passageiros
1986	212.342	2000	483.713
1987	401.192	2001	436.882
1988	424.447	2002	449.197
1989	498.838	2003	441.516
1990	590.901	2004	421.044
1991	520.659	2005	368.569
1992	428.012	2006	343.919
1993	460.645	2007	318.573
1994	631.889	2008	334.244
Total	4.168.925	2009	337.501
		2010	326.341
Total			**4.261.499**

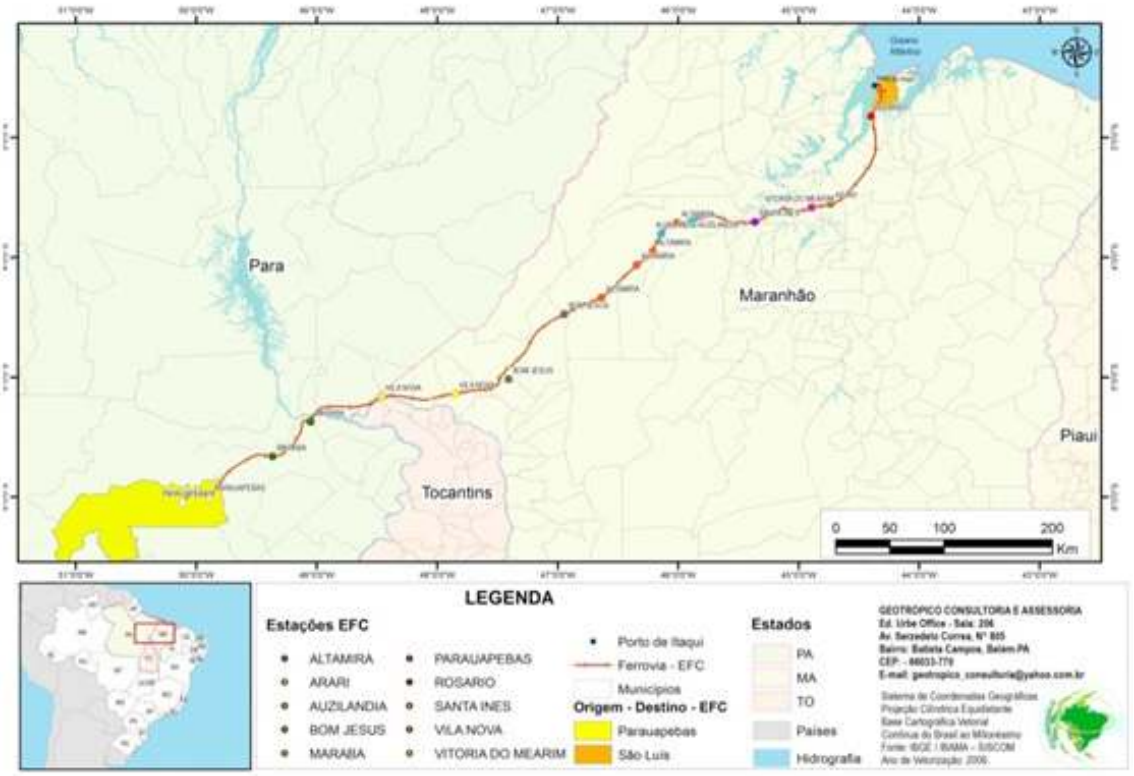
Fonte: *Palheta da Silva (2013). Santos (2012). Vale (2012). Adaptado pelos autores.*

A explosão demográfica sofrida pela região de Carajás, impulsionada pela instalação dos Grandes Projetos, como dito anteriormente, tem na EFC uma das principais vias de escoamento da produção e de pessoas. São várias as estações ferroviárias da Companhia

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Vale no trecho entre os estados do Pará e do Maranhão: Marabá e Parauapebas – no Pará, e Anjo da Guarda, Santa Inês, Açailândia e Imperatriz, no Maranhão. Essas estações foram pontos de chegadas e partidas para as pessoas com as mais diferentes intencionalidades (Tabela 01 e Figura 03). Os mais de oito milhões de migrantes desde a inauguração da EFC ajudaram a tornar a região Sudeste paraense uma das regiões que mais cresceu e continuam crescendo em população onde se centraliza grandes conflitos e problemas sociais agravantes.

Figura 03: Estações ferroviárias no trecho Parauapebas (PA) e São Luís (MA).

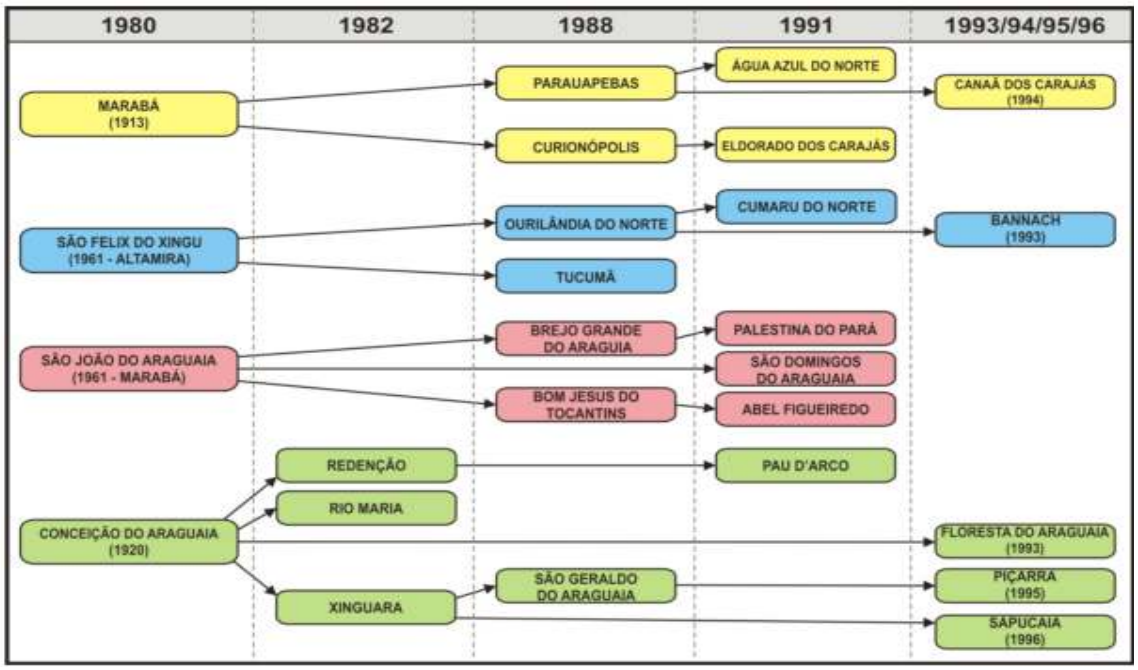


A migração ainda é uma constante no corredor da EFC, e a região Sudeste Paraense com as cidades que sediam Grandes Projetos minerais, ainda as mais procuradas por apresentarem perspectivas de empregos, aos que migram atrás de melhores condições de vida ou pelas atividades indiretas que proporcionam o crescimento econômico das cidades mineradoras. Diferentemente das expectativas econômicas, em que o Brasil vivia na época de instalação do PFC. Naquele momento havia um conjunto de fatores que favoreciam as condições para que esses projetos fossem pensados na Amazônia, além dos recursos naturais que existiam na região (PALHETA DA SILVA, 2013). Hoje é um dado real a ampliação da exploração dos recursos minerais, indicativos com a duplicação da EFC, e com o complexo de exploração do cobre e do projeto S11D que poderá impactar além das

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

cidades de Canaã dos Carajás (onde o projeto está sendo instalado) e Parauapebas, mais de 20 cidades no sudeste paraense (Figura 04).

Figura 04: Municípios que direta e indiretamente serão afetados pelo S11D.



Fonte: *Vale (2013).*

A hipótese aqui apresentada é quanto a maior pressão sobre centros urbanos das cidades, que serão impactadas diretas e indiretamente pelos empreendimentos da mineração, principalmente aqueles centros urbanos que possuem melhores serviços urbanos, ocorrerá aceleração da migração e, consequentemente o aumento dos conflitos sociais sobre o uso do território, nos quais as políticas públicas não acompanham o crescimento demográfico em seu território dando-se seu abandono total. A explosão demográfica já é a paisagem marcante nestas cidades, e a tendência e o aumento da miséria local. Segundo, a análise de VILLA VERDE; ALAMINO; CHAVES (2014).

> Essas populações sofrem, principalmente, com os problemas provenientes do modo com os quais os empreendimentos do setor mineral são implantados, ainda aquém do papel inclusivo que poderiam melhor assumir. Daí emerge o crescimento desordenado, o inchaço populacional, a infraestrutura inadequada, empobrecimento, etc. (VERDE; ALAMINO; CHAVES, 2014. p.17).

Esses projetos,como o S11D, na exploração do ferro, colocam ainda mais a Amazônia Brasileira como uma das fronteiras de expansão do capital Internacional na América Latina, dentro da divisão espacial do trabalho. Essa produção do espaço econômico, com base na baixa agregação de valor do produto e do trabalho, fez crescer a exportação dos

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

produtos minerais e contribuiu com a balança comercial local e nacional, mas não conseguiu criar dinâmicas de desenvolvimentos capazes de multiplicarem a riqueza que ali poderia ser explorada para o benefício do povo local e regional, melhorando as condições socioeconômicas dos municípios atingidos pela exploração mineral.

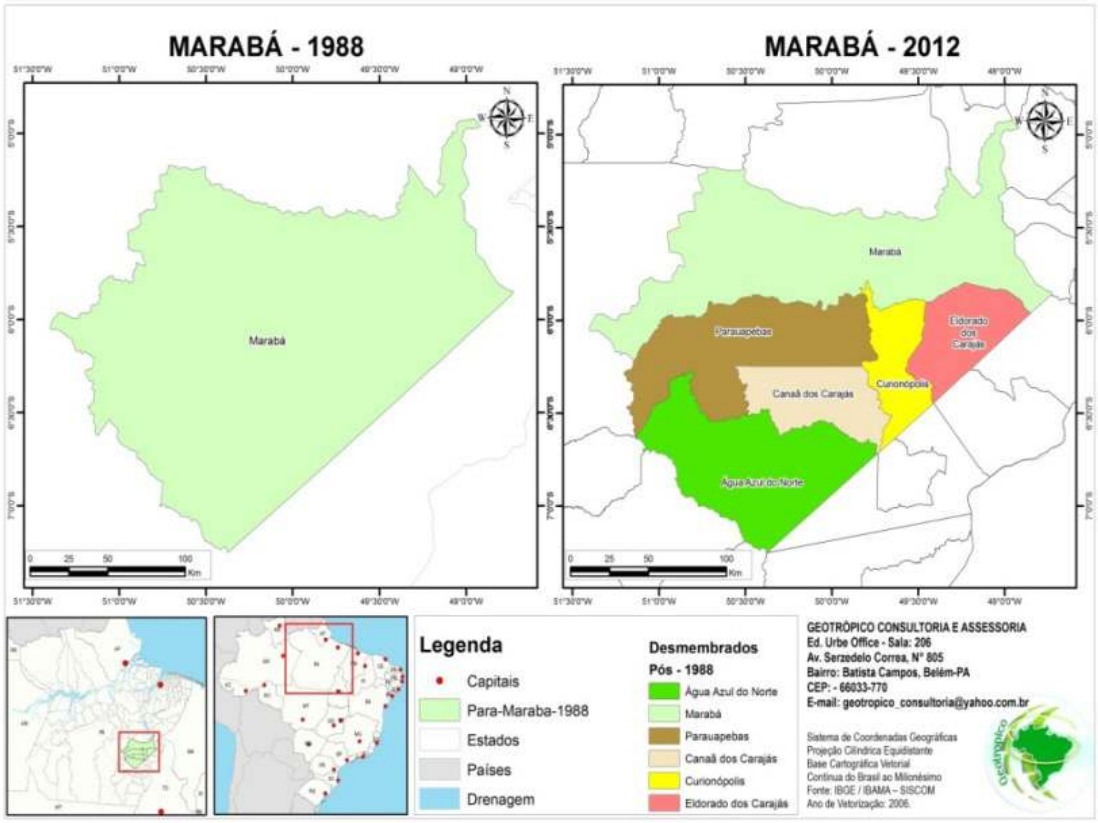
Segundo o relatório da Fundação Vale (2010),

> Em função da consolidação dos empreendimentos da Vale na região o crescimento demográfico passou a ser polarizado particularmente por dois municípios: Canaã dos Carajás e Parauapebas, que tiveram taxas de crescimento demográfico bastante elevadas, de 11,1% a.a. e 8,9% a.a. respectivamente,durante o período 2000-2007. Além disso, a despeito de sua taxa de crescimento comparativamente menor, o município de Marabá vem se consolidando como principal polo regional, devendo vir a consolidar essa posição não somente em função dos investimentos da Vale, mas também em função dos diversos investimentos estatais e de outros empreendedores que serão realizados nesse município.(FUNDAÇÃO VALE, 2010. p.156).

Toda essa forma de dominação econômica criou uma comodidade dos gestores locais, em não se preocupar por políticas de verticalização da produção, atrelada à cadeia produtiva da mineração. Esse pensamento na região Sudeste do Pará, também está associado à possibilidade de "desenvolvimento" da Amazônia, em que o Governo Federal no passado conseguiu desenvolver sua estratégia de associação do capital privado nacional e internacional ao capital estatal, que era de 51% do capital da Vale, tendo o Estado Nacional como seu principal acionista e os outros 49% pulverizados em diferentes, capitais nacionais e internacionais. Associando, assim naquele momento, as diferentes escalas, visando, sobretudo, o mercado internacional de exportação do ferro; esse processo continua na modernidade, sem que os gestores públicos, nas três esferas, criem condições para que o ordenamento territorial adequado nestas cidades mineradoras, que mude o modelo exportador predatório a sociedade brasileira (PALHETA DA SILVA, 2013).

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

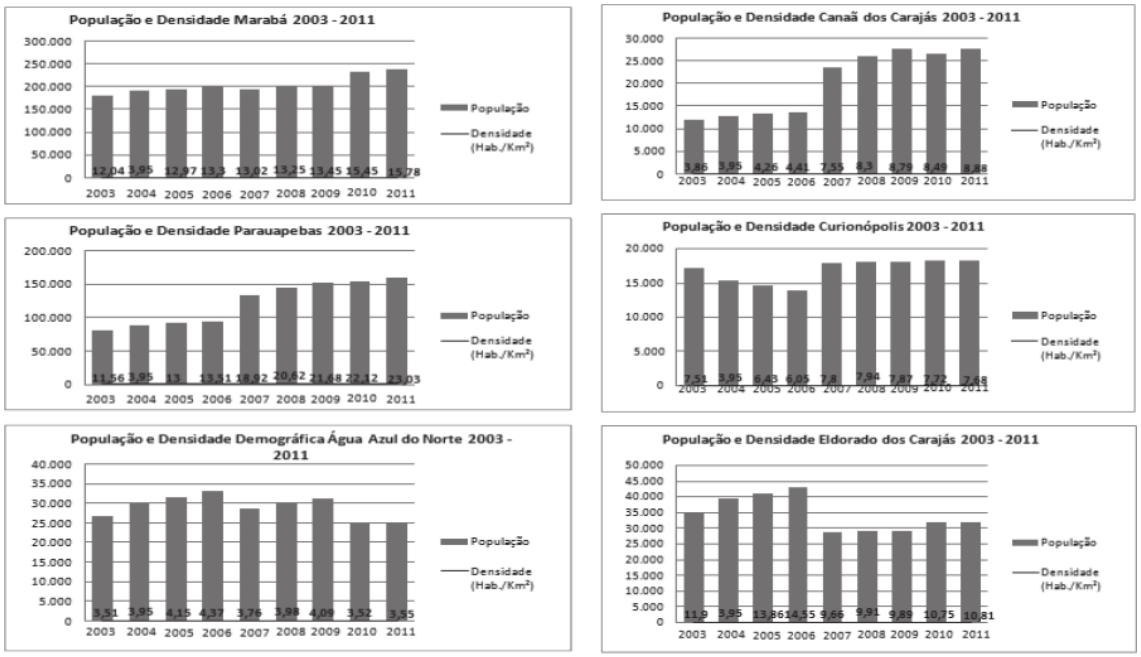
Figura 05: Área do Antigo Município de Marabá



Os projetos na região Sudeste Paraense; não estão mais concentrados no município de Marabá (Figura 05), embora a maior parte esteja em áreas fragmentadas desse município, que se emanciparam e criaram novas unidades político-administrativas.Como Parauapebas e Canaã dos Carajás, que recebem um grande volume de recursos para instalação de projetos em seus territórios. A tendência é que o grupo Vale, que já era um dos maiores grupos de mineração do Brasil, ganhe mais elementos para se transformar ou se transformarem em um dos maiores grupos de exploração mineral do planeta. Operando nos dois sistemas citados anteriormente, a empresa Vale ganha mais credibilidade no mercado internacional com a instalação de seus projetos no Brasil e na Amazônia.Embora as áreas em que ela atue, por exemplo, no corredor da EFC, tenham poucas transformações qualitativas e não tanto quanto hoje apresentam menos quantitativas quando se trata de melhores condições de vida para a população dos municípios atingidos pela mineração.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Figura 06: População e Densidade populacional no antigo Território de Marabá.



Fonte: *SEPOF, 2012.*

O território de Marabá, sofreu consequências com todos esses acontecimentos, que foram provocados pela implantação dos projetos da Vale e também por outros fatores.O que contribuiu em muito com o crescimento demográfico (Figura 06) e com a fragmentação (Figura 05), não só do seu território, mas das relações político-econômicas, a partir da fragmentação dos grupos de poder na partilha do domínio político e econômico do município, bem como da região Sul/Sudeste Paraense (PALHETA DA SILVA, 2013). Com exceção de Curionópolis, Eldorado dos Carajás e Água Azul do Norte, todos os demais municípios no período de 2003 a 2010 cresceram e, números populacionais (recebendo migração de vários estados e de dentro da região, inclusive dos três municípios), todos os que possuem em seus territórios projetos de mineração, ou como Marabá que historicamente assumiu o papel de polo regional do Sudeste Paraense, e a tendência é que em aumente ainda mais sua população em razão de novos investimentos da atividade mineradora nesses municípios. Que também tem reacendido o debate de novas fragmentações territoriais na região como foi as da década de 1980.: Cristalino, Serra Leste, Serra Pelada"

A tendência com novos investimentos no Pará é que venha surgir o aceleramento do crescimento econômico em Marabá, Parauapebas e Canaã dos Carajás, e reacenda a possibilidade de crescimento não só econômico mais populacional em Curionópolis, com a exploração mineral de médio porte que segundo, Silva (2012), "outro município, Curionópolis, emergido a partir da atividade garimpeira, ressurgiria dentro de outra realidade: passa-

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

riaa ser espaço territorial a abrigar projetos de base mineral de médio porte, a partir de três projetos a serem instalados: Cristalino, Serra Lestee Serra Pelada" (SILVA, 2012. p. 121).

CARAJÁS: ILUSÃO OU DESENVOLVIMENTO?

De uma maneira ou de outra, Carajás tornou-se um território vinculado à economia extrativista mineral, ligada à escala econômica internacional, onde a Vale tornou-se a principal empresa nesse território, com interferência direta ou indireta em cada município que está sob a sua área de influência, conectando-os as diferentes escalas, que ora vai do local ao internacional ou do local ao nacional e, articulando-se diferentes interesses, aliando-se ou não a diferentes atores político-sociais locais, nacionais e internacionais.

Por conta disso, as administrações municipais sofreram uma drástica mudança na forma de conceberem a ligações de cada município, em diferentes escalas. Hoje, o que vemos nos comandos das administrações locais são alguns indícios de que a visão administrativa mudou com a presença de médicos, comerciantes etc., em relação à visão tradicionalista da oligarquia da castanha, que dominava a economia e a política local até a segunda metade da década de 1970 (EMMI, 1988). Parcerias são feitas com diferentes, empresas e setores da sociedade civil; projetos são realizados ou ampliados a partir das pressões da sociedade civil, o que demonstra de uma forma ou de outra, a presença do poder desta sociedade organizada.

Assim., podemos evidenciar que o poder correlacionado ou divergente interfere na organização do território, fazendo com que ocorra pressão para que os governos locais mudem sua visão de desenvolvimento. Mesmo que essa mudança seja parcial,tornando-se necessário dividirem a mesa de decisões, pois ficam em evidência que a presença de setores da sociedade civil possui peso significativo no desenvolvimento do município, obrigando o poder municipal a dar voz de participações nas decisões àqueles que anteriormente eram excluídos dos processos decisórios.

Entretanto, há múltiplas ações no território de Carajás superpondo poderes, sejam eles: Judiciário, Executivo ou Legislativo bem como aqueles oriundos dos movimentos sociais organizados, o que faz com que se estabeleçam formas diferenciadas de atuação no território e alterações nas relações de poder dos governos locais.

A sobreposição de territórios demonstra, também, os conflitos de interesses dos poderes locais e, até certo ponto, a omissão dos Poderes federais, estaduais e municipais em relação a outros poderes econômicos e não institucionalizados. Essa sobreposição de território, e de interesses favoreceu também o processo de emancipação dos municípios, na

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

região atingida direta e indiretamente pelos grandes projetos da mineração, na década de 1980, e nada década de 1990, na disputa pelo poder político-econômico local.

Esses conflitos de interesses, que envolvem políticos locais, empresas de mineração, bancos, movimentos sociais urbanos e rurais, e movimentos indígenas entre outros, fazem parte tanto da história mais antiga da região Sudeste Paraense quanto dos processos ocorridos pós-década de 1980, que aceleraram as transformações territoriais locais. O surgimento de movimentos sociais, nas décadas posteriores ao início da década de 1980, como os dos sindicatos urbanos e dos metalúrgicos, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, entre outros, são reflexos tanto das crises econômico-sociais quanto dos processos advindos desde a época dos castanhais, que se acirraram com a falta de planejamento local para essa região de Carajás.

Com a privatização em 1997 da Companhia Vale a empresa mudou sua estratégia econômica local deixando em dúvida se iria ou não implantar seus projetos na região Sudeste Paraense. Quando ainda era estatal, tinha quase como certas suas implantações nesses municípios, como é o caso do projeto "Salobo" em Curionópolis. Se for viável ou não sua implantação, esta depende de um conjunto de fatores que respondem ao mercado internacional e aos interesses da própria Vale, que agora privatizada, responde à economia de mercado, sem a devida preocupação com o Estado Nação. Como empresa privada a Vale se ampliou e vem fortemente inovando cada vez mas seu portfólio de projetos minerais no século XXI com o Projeto Cobre e o Projeto S11D em Canaã dos Carajás, demonstrando não só seu papel de uma das maiores empresas de mineração do planeta como também uma força do mercado internacional na exploração dos recursos naturais na Amazônia Paraense.

Isso tem feito com que o poder político local fique insatisfeito diante da atitude da companhia. Alguns municípios viam nesses projetos virtuais uma forma de aumentar suas arrecadações, bem como a criação de novos empregos, já que a maioria dos municípios têm na prefeitura a sua maior empregadora municipal. A implantação desses projetos poderia também atrair para os municípios outras empresas para prestarem serviços à Vale.

A região Sudeste do Pará, se tratando de cada município (atingido direta e indiretamente pela mineração), e suas estruturas socioeconômicas dependem de um conjunto de fatores correlacionados com a Vale ou mineração, como a busca de recursos e parcerias com a Vale/ ou outras empresas e atores econômicos, o que também depende quase que diretamente do grau de viabilidade econômico-social e da sua potencialidade em gerenciar tanto os recursos naturais em seus territórios como o do planejamento viável, que possibilitem aumentar sua receita e arrecadação.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Neste caso, para lembrar Altvater (1993) "o preço da riqueza", onde o desenvolvimento tem um preço, é muito caro para sua sociedade, uma economia pautada apenas na idéia de industrialização com baixo valor agregado ao trabalho e ao produto.Levando os locais atingidos pelas atividades industriais e a falta de desenvolvimento socioeconômico da maioria da sociedade impactadas pelos processos de ordenamentos territoriais, tornando-se uma paisagem marcante nos entorno das cidades de sediam os Grandes Projetos, a pobreza, a miséria se multiplicando cada vez mais na região de Carajás.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A organização da dinâmica econômica no território em Carajás,vem refletindo os conflitos sociais e político-econômicos, nas disputas pelas novas territorializações de atores sociais na busca, de concretizar suas ações econômico-sociais e que na maioria das vezes entra em conflito com as práticas territorializadas, da maior empresa de mineração do estado do Pará.A Vale uma das maiores empresas do mundo é ela que organiza a partir do mercado internacional, os espaços potenciais, palco de projetos de mineração da companhia. Essa organização econômica dos territórios de mineração na Amazônia Paraense, apesar de ter contribuído para o aumento da receita municipal, tem provocado diversos conflitos sociais, quando observamos a paisagem local onde os projetos mineradores são instalados, como aceleração da migração e as fragmentações territoriais com a criação de novos municípios. Na sua maior parte a periferia das cidades,desses municípios apresentam elevados graus de vulnerabilidade sociais crescente e uma maior demanda por serviços urbanos, em contrapartida ao centro da cidade ou nos lugares onde são construídos moradias da maioria dos funcionários das empresas de mineração.

O poder que surge, do processo conflituoso no território de Carajás, diz respeito ao poder como objetivação política do território utilizado para se atingir determinado objetivo, por parte de movimentos sociais organizado, quanto do estado e da empresa de mineração. Dessa forma, na relação de poder é que podemos evidenciar soluções e conflitos, nas relações político- socioeconômicas entre o Governo local e a sociedade Civil do Estado Paraense e os impactos provocados pelos Grandes projetos mineradores na região sudeste Paraense.A forma de governar e a participação da sociedade civil organizada ainda são insuficientes em se tratando dos territórios que passaram décadas dominadas e governadas pelos "coronéis da castanha" e, posteriormente, por seus representantes, os "coronéis da mineração", todos modernos coronéis do extrativismo.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Algumas questões conclusivas são postas para pensar os territórios atingidos pela mineração na Amazônia paraense:

- O papel desempenhado por grupos empresariais no controle de determinadas atividades econômicas acaba, por sua vez fazendo com que ocorram conflitos pelas disputas de projetos, a serem efetivados nos territórios proporcionando as disputas dos lugares por atividades econômicas e os favores fiscais, que cada lugar oferecem para atrair determinados empreendimentos econômicos, sem no entanto a preocupação com planejamento para os que migram em busca de emprego e melhores condições de vida, fazendo com que a periferia das cidades mineradoras sejam verdadeiros bolsões de pobreza.

- Os interesses internacionais e a riqueza produzida, via exportação, dos recursos minerais contrastam com a pobreza local. É necessário garantir às populações atingidas pelos grandes projetos de mineração, seus direitos como constam em Lei(correta aplicabilidade dos *royalties* damineração)não somente no uso dos recursos naturais, mas também a multiplicidade de experiências de usos do território pela sociedade, diferentemente das empresas de mineração, para garantir assim suas territorialidades.

- É, preciso garantir que o Estado Nacional seja forte, e coloque a mineração como questão geopolítica/estratégica ao desenvolvimento sócio econômico do País, agregando mais valor ao trabalho e ao produto, não deixando a sociedade refém do mercado internacional, e torne-o forte o Estado Paraense para resistir às pressões internacionais, e assim o uso dos recursos naturais – como os minerais – sirva à própria lógica do desenvolvimento do Estado Nacional e local, a serviço de sua sociedade. Se a política de ordenamento territorial ,continuar sendo construída sem a presença efetiva da sociedade civil, não teremos êxito além da aceleração da exportação dos minérios para outros países com pouca agregação de valor ao trabalho e ao produto, acirrando ainda mais os conflitos já existentes no estado do Pará.

- A questão da fragmentação do território que foi alvo de disputas pelos novos atores introduzidos na região (médicos, empresários, etc) na década de 1980, pela chegada dos grandes projetos, continua sendo propagada para além da criação de novos municípios nesta região, a criação de um estado federativo proposto tem reflexo na disputa pelo controle, econômico dos recursosminerais, e pelo controle político sem mudar a forma perversa e desigual da produção econômica da mineração. O território em disputa, pelas fragmentações ou pela criação de um novo estado (Carajás),neste caso passa por profundas transformações, sociais e econômicas, muito dos municípios mineradores tem problemas semelhantes aos das grandes metrópoles, seus gestores apesar do crescimento econô-

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

mico não conseguem, usar os recursos advindos das atividades minerais para ordenar o seu território criando condições favoráveis à sociedade, que se distribuem principalmente na periferia das cidades mineradoras.

- E por último os governos municipais, na gestão do território nos municípios mineradores precisam levar em consideração,os papeis desempenhados pelos atores sociais, para evitar que com o crescimento populacional a sociedade fique a margem do crescimento econômico proporcionado pelos grandes projetos e criação do zoneamento mineral com o Plano Municipal da Mineração (PMM), afim de criar os Cadastros Territoriais Multifinalitários da Mineração (CTMM),para amenizar os impactos causados pela atividade mineradora. Por essa razão, o cruzamento dos dados dos tributos advindos com a mineração e os conflitos sociais, das mais diferentes ordens precisam ser um dos elementos destacados na gestão territorial para um melhor ordenamento do território em cidades mineradoras. Os dados dos conflitos sociais, podem auxiliar as políticas públicas municipais para um olhar diferente no território impactado por atividades dos grandes projetos minero metalúrgico.

As desigualdades relacionadas ao conjunto dos processos sociais na cidade que vão desde a ocupação desordenada, a má gestão e distribuição de renda, a falta de políticas direcionadas a formação de pessoas, as desigualdades regionais entre municípios, segregação socioespacial, valorização do trabalho etc. Esses processos que levam aos conflitos sociais, aparecem com um dos processos negativos inerente, aos Grandes Projetos,e acelerados pela presença dos Grandes Projetos precisam ser acompanhados com uma série de fatores, que vão desde o ordenamento da cidade e políticas públicas, até o conjunto da economia local e regional em que negligenciam esse tema, que movimenta a migração em diferentes direções atraída pelos projetos minerais no caso paraense, que estão sendo instalados em diferentes regiões do estado do Pará, e as cidades mineradoras acabam sendo um dos fatores de atração da migração.

É claro que as atividades mineradoras que induzem a migração para os territórios das cidades da Amazônia paraense, em boa parte não são as únicas responsáveis pelos conflitos sociais, elas estão associadas ao conjunto de processos sócio, econômico, políticos que juntos são responsáveis pelo ordenamento sócio econômico territorial nessas cidades. A apropriação da natureza pelas empresas de mineração se dá pela exploração dos recursos naturais, neste caso em estudo os minerais, e essas empresas impactam diferentemente os territórios em que atuam.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Associada a crescimento econômico migram também todos os tipos de problemas sociais e sem um planejamento territorial adequado a gestão do território acaba ignorando as possibilidades de novos conflitos sociais que podem e surgem com a instalação dos grandes projetos na Amazônia paraense. A violência e a criminalidade são duas facetas desses processos sociais que acabam se destacando nas cidades impactadas pela mineração em diferentes períodos da instalação dos Grandes Projetos mineradores, pois atraem não só as pessoas em busca de trabalhos, mas também uma mazela social que acaba vindo junto e como em toda cidade com ou sem grandes projetos se apropriando de formas ilícitas para regular também o uso do território, superpondo aos demais usos.

Nem sempre a ideia do crescimento econômico esta associado à multiplicação dos benefícios sociais, em alguns casos, até pioram a situação do município. As contribuições financeiras que vem junto com os grandes projetos senão usadas de maneiras adequadas e associadas às políticas integradoras de uso do território, vão acirrar ainda mais os conflitos sociais existentes ou criados com a chegada dos Grandes Projetos no estado do Pará. Nas cidades mineradoras na Amazônia paraense a migração no inicio dos Grandes Projetos é intensa, nessa primeira fase há maior demanda por mão-de-obra com pouca agregação de valor ao trabalho, e na maioria das vezes essas cidades não estão preparadas para receber o número de pessoas que vem em busca de trabalho e melhores condições de vida nesses projetos. A maioria dos migrantes se concentra na cidade, na sua maior parte na periferia, em lugares com pouca ou nenhuma infraestrutura, esses lugares ficam sujeitos a todo tipo de violência urbana.

REFERÊNCIAS

1. ALTVATER, E. **O preço da riqueza**. São Paulo: UNESP, 1993.
2. ARENDT, H. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
3. BECKER. K. B. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamund, 2007.
4. BENATTI, J. H. Carajás: desenvolvimento ou destruição? In: COELHO, M. C. N; COTA, R. G. (Orgs.). **10 anos da estrada de ferro Carajás**. NAEA/UFPA, 1997.p. 79-106.
5. BOAS, R. C. V; BEINHOFF, C (Eds).**Indicadores de sostenibilidad para la indústria extrativa mineral.** Rio de Janeiro: CNPq/CYTED, 2002.
6. COELHO, Maria Célia Nunes. **Sócio-economicimpactsofthe Carajás railroad in Maranhão – Brasil**. Syracuse (USA): Syracuse University, 1991. (Tese de Doutoramento).

7. BUNKER, S. G; COELHO, M. C. N; LOPES, A. G. Ferro, Castanha-do-Pará e a Luta pela Terra: o em torno de um projeto de mineração na Amazônia. In: PALHETA DA SILVA; J; SILVEIRA, M. R (Orgs.). **Geografia Econômica do Brasil**: temas regionais. Presidente Prudente: UNESP, 2002. p.15-40.
8. DEPARTAMENTO Nacional de Produção Mineral. **Sumário Mineral/MME**. Brasília: DNPM/DIPLAM, 2010.
9. EMMI, M. F. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Belém: NAEA/UFPA, 1988.
10. HAESBAERT, R. **Regional-Global:** dilemas da região e da regionalização na Geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
11. PALHETA DA SILVA, J. M. **Território e mineração em Carajás**. Belém: GAPTA/UFPA, 2013.
12. PALHETA DA SILVA, J. M; MEDEIROS, G. R. N. **Geografia econômica e mineração no Pará: (Des) ordenamento territorial em Carajás**. In.: XIV SIMGeo – Seminário Nacional de Planejamento e Desenvolvimento, 16 a 19 de setembro de 2014, Florianópolis, Santa Catarina, p.01-16.
13. PLANO Nacional da Mineração 2030 (PNM - 2030). Brasília: MME, 2010.
14. SANTOS, F. S. **Crescimento demográfico e o trem de passageiros da Vale na cidade de Parauapebas – Pará**. Geografia. Belém: UFPA, 2012. (Trabalho de Conclusão de Curso).
15. SANTOS, M; SILVEIRA, M.L. **Brasil: território e sociedade no inicio do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2006.
16. SECRETARIA de Estado de Planejamento, Orçamento e Finança (SEPOF). **Estatística Municipal/Marabá**. Belém: SEPOF, 2012.
17. SECRETARIA de Estado de Planejamento, Orçamento e Finança (SEPOF). **Estatística Municipal/Parauapebas.** Belém: SEPOF, 2012.
18. SECRETARIA de Estado de Planejamento, Orçamento e Finança (SEPOF). **Estatística Municipal/Canaã dos Carajás**. Belém: SEPOF, 2012.
19. SECRETARIA de Estado de Planejamento, Orçamento e Finança (SEPOF). **Estatística Municipal/Eldorado dos Carajás**. Belém: SEPOF, 2012.
20. SECRETARIA de Estado de Planejamento, Orçamento e Finança (SEPOF). **Estatística Municipal/Curionópolis.** Belém: SEPOF, 2012.
21. SECRETARIA de Estado de Planejamento, Orçamento e Finança (SEPOF). **Estatística Municipal/Água Azul do Norte**. Belém: SEPOF, 2012.
22. SILVA, A. R. B. da.**A indústria mineral no Pará**. Belém: IBRAM, 2012.
23. SILVA, J. M. P da; SILVA, C. N da; CHAGAS, C. A. N; MEDEIROS, G. R. N. **Geographyand Mining in Carajás/Pará**.InternationalJournalofGeosciences, 2014, 5, 1426-1434 Published Online November 2014. http://www.scirp.org/journal/ijg http://dx.doi.org/10.4236/ijg.2014.512116
24. SILVA, M. A. R da.Meio século de mineração na Amazônia: das ocorrências à diversificação concentrada. In: **Amazônia: Terra & Civilização**. Org. Armando Mendes. Belém: BASA, 2004. p. 245-270.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

25. SIMINERAL, Sindicato das Indústrias Minerais do Estado do Pará. **Anuário mineral do Pará.** 1ª. ed. Belém: SIMINERAL, 2013.

26. SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E; GOMES. P. C; CORREA, R.L (Orgs). **Geografia conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 77-116.

27. VALE, A. L. F; SAQUET, M. A; SANTOS. R. A. **O território: diferentes abordagens e conceito-chave para a compreensão da migração**. UNIOESTE: Revista Faz Ciência, 2005. 07. 01. p. 11-26.

28. FUNDAÇÃO VALE. **Atualização das projeções econômicas e demográficas no sudeste do Pará**. VALE: maio de 2010.

29. VALE. **Projeto Ferro Carajás S11D:** Um novo impulso ao desenvolvimento sustentável do Brasil. 2013. Disponível em: http://www.vale.com/PT/initiatives/innovation/s11d/Documents/book-s11d-2013-pt.pdf. Acessado em 08 de janeiro de 2015.

30. VALE. **Nossa História 2012**. Editora: Verso Brasil, 2013.

31. VILLA VERDE, R. B. R; ALAMINO, R. C. J; CHAVES, F. R. Os desafios da extração mineral na Região Norte em prol do desenvolvimento socioeconômico. In: FERNANDES, F. R. C; ALAMINO, R. C. J; ARAÚJO, Elaine (eds.). **Recursos minerais e comunidade**: impactos humanos, socioambientais e econômicos. Rio de Janeiro: CTEM/MCTI, 2014. p. 13-116.

32. VILLAS BÔAS, H. C. **A indústria extrativa mineral e a transição para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: CETEM?MCT/CNPq, 2011.

Artigo recebido em 10 de junho de 2015.
Artigo aceito em 24 de agosto de 2015.